

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em agosto de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ agosto de 2023 apresentou um déficit primário de R\$ 25,7 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 134,6 bilhões nesse mês, decréscimo em termos reais de 7,1%, comparativamente a agosto de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 160,4 bilhões, decréscimo de 18,9% na mesma base de comparação. No acumulado de janeiro a agosto o déficit primário está em R\$ 102,9 bilhões, ante o superávit de R\$ 26,3 bilhões no mesmo período de 2022.

Em agosto, a receita total apresentou um decréscimo real de 9,4%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês do ano passado. Esse decréscimo se deu em função das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que caíram 30,1% no período, mais uma retração de 8,4% nas receitas administradas pela RFB, que foram parcialmente compensadas pelo crescimento da arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em 3%. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve retração de 7,1%. No acumulado de janeiro a agosto, a receita total registrou uma variação real negativa de 5,8%, somando uma queda real de R\$ 94,7 bilhões, também fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que tiveram um decréscimo de 31,3%, redução real de R\$ 92 bilhões, e pelas receitas administradas pela RFB, com queda de 2,4% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 23,5 bilhões, ao passo que a receita líquida do RGPS acumula alta de 5,9%, no montante de R\$ 20,9 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, como supracitado, agosto registrou decréscimo real de 18,9% relativamente ao mesmo mês de 2022. Ainda na tabela 1, no acumulado do ano até agosto, a despesa total cresceu R\$ 57,2 bilhões (+4,5%) em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para o aumento de despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 46,4 bilhões (17,7%).

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de setembro de 2023

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>>.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)
	Ago./2022	Ago./2023		2022	2023		Até ago./2022	Até ago./2023	
1-Receita Total	187.533	169.975	-9,4	1.630.331	1.535.604	-5,8	2.419.673	2.333.545	-3,6
1.1 - Receita Administrada pela RFB	109.188	100.039	-8,4	983.774	960.229	-2,4	1.456.562	1.436.819	-1,4
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-55	-60	-9,1	-136	-64	-53,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	45.791	47.169	3,0	352.171	373.025	5,9	552.576	582.518	5,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.554	22.768	-30,1	294.440	202.410	-31,3	410.672	314.272	-23,5
2. Transf. Por Repartição de Receita	42.533	35.335	-16,9	321.612	298.930	-7,1	459.295	457.068	-0,5
3. Receita Líquida (1-2)	145.000	134.641	-7,1	1.308.719	1.236.674	-5,5	1.960.379	1.876.477	-4,3
4. Despesa Total	197.676	160.351	-18,9	1.282.420	1.339.606	4,5	1.882.078	1.946.767	3,4
4.1 Benefícios Previdenciários	75.039	67.198	-10,4	577.541	602.654	4,3	819.140	860.774	5,1
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	34.720	27.291	-21,4	232.400	227.667	-2,0	358.367	349.744	-2,4
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	35.440	18.985	-46,4	209.854	200.292	-4,6	311.755	301.088	-3,4
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	52.477	46.876	-10,7	262.624	308.993	17,7	392.816	435.161	10,8
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-52.677	-25.710	51,2	26.300	-102.932	-491,4	78.301	-70.290	189,8

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em agosto foi registrado um decréscimo real de R\$ 9,2 bilhões (-8,4%) em relação ao mesmo mês do ano passado. Com exceção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-combustíveis), com crescimento global de 3,6%, equivalente a R\$ 1,1 bilhão, as demais rubricas registraram retração de R\$ 10,2 bilhões (-13%). As quedas mais acentuadas ficaram com o Imposto de Renda (IR) (-15,2%) e com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (-14,4%). No mesmo mês, as receitas não administradas pela RFB apresentaram queda de 30,1% (R\$ 9,8 bilhões), impactadas fortemente pela retração de R\$ 9,5 bilhões em dividendos e de R\$ 2,4 bilhões em receitas de exploração de recursos naturais.

No acumulado até agosto, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 94,7 bilhões (-5,8%). As principais retrações ocorreram nas receitas não administradas, especificamente nas receitas com concessões e permissões, queda de R\$ 38 bilhões (-86,6%), seguidas pela retração de R\$ 30,3 bilhões (-44,4%) em dividendos e de R\$ 21,5 bilhões (-22,1%) na exploração de recursos naturais. No tocante aos itens da receita administrada pela RFB, as maiores variações negativas foram de R\$ 12,8 bilhões (-10,5%) na CSLL e de R\$ 5,3 bilhões (-12,4%) no IPI, conforme indicado na tabela 2.

Ao desagregar as despesas em agosto (tabela 3), pode-se observar uma expressiva redução do total das despesas em relação ao mesmo mês do ano anterior, ocasionada pelo grande volume de pagamentos de sentenças judiciais e precatórios, inclusive os relativos à previdência e pessoal – R\$ 26 bilhões em agosto de 2022 e R\$ 2,2 bilhões em agosto de 2023 –, financiamento de campanhas eleitorais em agosto de 2022, sem contrapartida em agosto de 2023 – R\$ 5 bilhões –, créditos extraordinários – R\$ 7 bilhões em agosto de 2022 e R\$ 173 milhões em agosto de 2023 – e pela redução de despesas discricionárias – R\$ 16 bilhões. Entretanto, outras despesas apresentaram aumento na mesma base de comparação, com destaque para as despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Bolsa Família) – ampliação de R\$ 10,5 bilhões (56%).

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)
	Ago./2022	Ago./2023		2022	2023		Até ago./2022	Até ago./2023	
1-Receita Total	187.533	169.975	-9,4	1.630.331	1.535.604	-5,8	2.419.673	2.333.545	-3,6
1.1 - Receita Administrada pela RFB	109.188	100.039	-8,4	983.774	960.229	-2,4	1.456.562	1.436.819	-1,4
1.1.01 Imposto de Importação	5.792	4.800	-17,1	40.710	36.245	-11,0	64.563	57.565	-10,8
1.1.02 IPI	4.606	4.750	3,1	42.611	37.320	-12,4	70.865	57.669	-18,6
1.1.03 Imposto de Renda	46.468	39.386	-15,2	471.780	467.652	-0,9	673.610	696.740	3,4
1.1.04 IOF	5.324	5.207	-2,2	40.826	40.505	-0,8	62.784	61.672	-1,8
1.1.05 Cofins	25.783	26.422	2,5	189.269	188.539	-0,4	300.370	289.760	-3,5
1.1.06 PIS/Pasep	7.184	7.072	-1,6	56.129	54.630	-2,7	86.592	82.506	-4,7
1.1.07 CSLL	11.447	9.800	-14,4	122.041	109.265	-10,5	163.584	154.275	-5,7
1.1.09 CIDE Combustíveis	3	312	11075,1	1.750	191	-89,1	2.853	208	-92,7
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.582	2.289	-11,3	18.660	25.883	38,7	31.340	36.426	16,2
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-55	-60	-	-136	-64	-53,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	45.791	47.169	3,0	352.171	373.025	5,9	552.576	582.518	5,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.554	22.768	-30,1	294.440	202.410	-31,3	410.672	314.272	-23,5
1.4.1 Concessões e Permissões	248	38	-84,6	43.896	5.865	-86,6	51.653	10.989	-78,7
1.4.2 Dividendos e Participações	14.331	4.831	-66,3	68.363	38.030	-44,4	92.432	60.382	-34,7
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.381	1.395	1,0	11.137	10.651	-4,4	18.765	17.640	-6,0
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	7.739	5.327	-31,2	97.350	75.795	-22,1	133.844	117.669	-12,1
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.964	690	-64,9	14.734	13.047	-11,5	21.440	20.439	-4,7
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.292	2.386	4,1	17.784	19.279	8,4	28.193	30.108	6,8
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	35	90	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.598	8.101	76,2	41.175	39.744	-3,5	64.310	56.954	-11,4
2. Transf. Por Repartição de Receita	42.533	35.335	-16,9	321.612	298.930	-7,1	459.295	457.068	-0,5
3. Receita Líquida (1-2)	145.000	134.641	-7,1	1.308.719	1.236.674	-5,5	1.960.379	1.876.477	-4,3

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; PIS/Pasep – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

As despesas totais, no acumulado do ano até agosto, tiveram um crescimento real de R\$ 57,2 bilhões (4,5%), com destaque para as despesas com benefícios previdenciários, crescimento de R\$ 25,1 bilhões (4,3%), os dispêndios com sentenças judiciais e precatórios – expansão de R\$ 2,4 bilhões (14,5%), os pagamentos com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), ampliados em R\$ 5,3 bilhões (9,6%), o gasto com abono e seguro-desemprego em R\$ 3,6 bilhões (6,6%), e especialmente as despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, com alta de R\$ 46,4 bilhões (17,7%), muito ampliadas em função do crescimento das despesas com o programa Bolsa Família. No entanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com créditos extraordinários, com redução de R\$ 21,4 bilhões (-94,5%), compensação ao RGPS pela desoneração da folha de pagamentos, com queda de R\$ 3,3 bilhões e despesas discricionárias, com queda no ano de R\$ 15 bilhões (-13,5%).

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de ago./2023)		Taxa de variação (%)
	Ago./2022	Ago./2023		2022	2023		Até ago./2022	Até ago./2023	
	4. Despesa total	197.676		160.351	-18,9		1.282.420	1.339.606	
4.1 Benefícios Previdenciários	75.039	67.198	-10,4	577.541	602.654	4,3	819.140	860.774	5,1
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	34.720	27.291	-21,4	232.400	227.667	-2,0	358.367	349.744	-2,4
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	35.440	18.985	-46,4	209.854	200.292	-4,6	311.755	301.088	-3,4
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	4.293	3.718	-13,4	54.047	57.619	6,6	66.941	71.412	6,7
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7.361	7.903	7,4	54.992	60.262	9,6	79.794	87.968	10,2
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	7.057	173	-97,5	22.705	1.259	-94,5	60.982	27.829	-54,4
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	-	-	-	3.283	-	-100,0	5.552	-	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.706	3.066	13,3	22.863	25.472	11,4	32.889	37.172	13,0
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.292	1.366	5,7	9.093	9.887	8,7	14.075	16.483	17,1
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	348	332	-4,4	2.802	2.681	-4,3	4.274	4.065	-4,9
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	6.760	348	-94,8	16.363	18.736	14,5	17.546	20.446	16,5
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	524	1.567	199,1	13.735	13.904	1,2	16.152	16.313	1,0
4.3.10 Impacto Primário do FIES	-1.470	-	-100,0	90	1.111	1.135,2	1.361	1.793	31,8
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	6.570	511	-92,2	9.881	9.361	-5,3	12.191	17.606	44,4
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	52.477	46.876	-10,7	262.624	308.993	17,7	392.816	435.161	10,8
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18.831	29.302	55,6	151.108	212.519	40,6	211.737	291.277	37,6
4.4.2 Despesas Discricionárias	33.646	17.575	-47,8	111.516	96.473	-13,5	181.078	143.884	-20,5

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Paulo Mansur Levy

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Felipe dos Santos Martins

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
